

FRENTE: REDAÇÃO

PROFESSOR(A): DANIEL VICTOR

ASSUNTO: ANÁLISE DE TEMAS II

EAD – ITA/IME

AULA 20



Resumo Teórico

Redação nota 10

Redação 01

Tema: O Programa Mais Médicos e os efeitos para a saúde pública no Brasil

Durante alguns meses, a sociedade acreditou que a criação do programa Mais Médicos não traria benefícios aos brasileiros, já que os médicos estrangeiros não estariam preparados para lidar com as doenças nativas e não teriam seus diplomas revalidados, ou seja, não havia garantia da qualidade desses profissionais. Entretanto, essa crença se mostra incoerente, tendo em vista que, apesar de ter sido implantado há apenas dois anos, esse programa tem possibilitado maior assistência médica às famílias interioranas. Esse progresso na saúde pública, no entanto, contrapõe-se à persistência de inúmeros casos desassistidos pelo SUS, fato que acarreta dificuldades no atendimento feito por esses profissionais.

Nesse contexto, torna-se necessário observar que o principal objetivo da importação de médicos estrangeiros é garantir o atendimento básico e preventivo em áreas as quais apresentam carência de profissionais da saúde, principalmente pela distância dos grandes centros urbanos. Em verdade, diversas regiões interioranas foram beneficiadas com a implantação do programa, tendo em vista que a população se sente mais segura por ter um profissional, em período integral, na localidade.

Ademais, outro aspecto benéfico aos cidadãos carentes é que o deslocamento dessas pessoas em busca de atendimento diminuiu demasiadamente, acarretando menos gastos à população. Além disso, apesar de, no início terem sofrido desconfiança e preconceito por parte da população, os profissionais estrangeiros têm recebido elogios na maioria dos municípios, já que têm sido considerados competentes e cuidadosos.

Entretanto, o maior suprimento de médicos ainda é insuficiente para atender à demanda brasileira, fato o qual deve ser associado à ineficaz infraestrutura para exames e à falta de medicamentos nas cidades interioranas, situação a qual gera críticas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e acaba retardando os avanços da implantação do programa.

Percebe-se, portanto, que é imprescindível a associação da sociedade e do Governo, a fim de atenuar as sequelas e otimizar

as perspectivas oriundas dessa problemática. Ao cidadão cabe a participação responsável e respeitosa, de modo que estes aceitem, sem preconceito e desconfiança, o serviço dos médicos estrangeiros, tendo em vista os dados demonstrando os benefícios trazidos por esses profissionais. O Governo, por sua vez, deve ampliar o número de bolsas oferecidas pelo programa, além de investir mais na infraestrutura dos hospitais e postos de saúde, ampliando a rede de atendimento, oferecendo mais exames e medicamentos, com o fito de fornecer mais suporte para a atividade dos profissionais da saúde.

Bruna Melo – FB Sobralense – FB Med.

Comentário

Na introdução, a aluna deixa clara a tese, ressaltando que a implantação do Programa Mais Médicos trouxe benefícios para a saúde pública. No entanto, ela apresenta que, mesmo com os benefícios, ainda existem problemas que precisariam ser solucionados. Após a introdução, seguem-se dois parágrafos abordando os benefícios do Mais Médicos para a população, principalmente carente, que não recebia devidamente o atendimento, tendo que se deslocar muito para isso, o que acarretava gastos. Em seguida, há um parágrafo de problematização necessário para a solução. A ideia deste parágrafo é mostrar que, mesmo com os benefícios, ainda há problemas que dificultam a total implantação desse programa, que abordam negligências estruturais da saúde pública que não foram superadas com o programa. Partindo dessa problematização, a candidata propõe soluções bem detalhadas e diversificadas, envolvendo a melhoria da infraestrutura da saúde pública e de maior respeito aos profissionais estrangeiros.

Redação 02

Tema: Democracia e participação no Brasil de hoje

No Brasil, a participação popular na implementação e na fiscalização das políticas públicas tem ganhado destaque. Em face disso, o protagonismo social diante das ações governamentais é de grande importância para a reafirmação dos valores democráticos e precisa ser expandido aos grupos alheios a esse processo, por meio de estratégias que incentivem a atuação popular, a fim de efetivar a democracia assegurada na Constituição.

Com efeito, Aristóteles afirma que a função da política é promover o bem-estar do cidadão. Nessa perspectiva, o dinamismo informacional e a interatividade da Internet têm permitido a fiscalização

dos agentes governamentais e a organização de petições públicas relacionadas às demandas sociais, a exemplo do recolhimento de assinaturas, por meio da Internet, que propiciaram a criação de projetos de lei de iniciativa popular, como o Ficha Limpa e o Marco Civil na Internet. Além disso, conferências e conselhos populares permitem a formulação de políticas voltadas para amenizar a exclusão social das vanguardas de minorias.

Entretanto, apesar desses avanços, muitos grupos ainda permanecem alheios à democracia participativa. Nesse contexto de protagonismo popular relacionado à difusão informacional, quem não tem acesso à informação fica relegado à exclusão de discussões voltadas para as melhorias sociais, a exemplo dos extratos sociais menos abastados e dos indígenas. Ademais, há uma diminuição da propagação do senso crítico, principalmente por parte das escolas, que atualmente têm-se voltado muito para provas e vestibulares, e das famílias, que não têm acompanhado devidamente a formação dos jovens, o que acarreta uma alienação e um conformismo político prejudicial à efetivação da democracia.

Destarte, é preciso ampliar a participação popular no exercício democrático. Para isso, é necessário o incentivo governamental à criação de conselhos populares deliberativos, por meio de comissões que promovam a conscientização acerca da importância do protagonismo popular. Além disso, cabe à mídia abrir espaços expressivos para as vanguardas de minorias, por intermédio de artigos opinativos e cartas dos leitores, como forma de aumentar a consciência política e reafirmar os valores democráticos. Por fim, cabe à escola promover amplas discussões sobre a importância da participação política e à família dar exemplos coerentes, com o fito de estimular, principalmente os jovens, a serem ativos mantenedores da democracia.

Kaio César Nogueira – FB Sobralense – FB Med.

Comentário

Para esse tema proposto, devemos observar que ele não trata em si de um problema social. Portanto, corretamente, o aluno trouxe uma tese apresentando a importância da participação política para a total consolidação da democracia. Em seguida, ele confirma essa tese, mostrando exemplos de leis que só foram efetivadas por meio da atuação da população, comprovando os benefícios que essa atuação traz. Para isso, ele, além dos exemplos, trouxe uma citação de Aristóteles, que funciona muito bem para a defesa do ponto de vista defendido. Mesmo o tema não sendo um problema, há a necessidade da problematização, já que é exigida uma solução. Por isso, o aluno mostra que, apesar da importância da participação, ainda existem pessoas que não a praticam. Para comprovar essa ideia, o aluno articula causas e consequências da existência desse problema. Por fim, há a apresentação de uma intervenção que soluciona os problemas citados no parágrafo de problematização. Note que todos os problemas citados são devidamente solucionados de forma detalhada, havendo, assim, uma boa diversidade de soluções.

Redação 03

Tema: O sistema prisional brasileiro e suas dificuldades

A tarefa de punir e ressocializar aqueles que contrariam as normas presentes na legislação penal brasileira cabe, em grande parte, ao sistema carcerário. No entanto, tal sistema tem enfrentado grandes dificuldades devido à ausência de uma estrutura capaz de comportar um elevado número de presidiários, bem como devido à má preparação de policiais e demais funcionários que acabam por, muitas vezes, aumentar a criminalidade dentro das cadeias.

Nesse contexto, é importante ressaltar que o Brasil possui uma das maiores populações carcerárias do mundo, o que é resultado, principalmente, de um sistema educacional falho e da ausência de campanhas de combate ao tráfico de drogas, um dos principais responsáveis pela violência urbana. Além de ser um problema estrutural, a superlotação nos presídios provoca enormes gastos públicos, direcionados ao suporte dos presidiários e à assistência aos seus familiares.

Além disso, quanto a sua função de promover a ressocialização dos criminosos, o sistema presidiário brasileiro ainda é bastante deficiente. Muitos policiais e outros funcionários que convivem com os presidiários abusam de sua autoridade e exibem comportamentos bastante violentos, ou até mesmo participam dos esquemas de tráfico nas prisões. Ademais, faltam atividades de caráter ressocializador, como cursos profissionalizantes, o que acarreta mais exclusão social, pois, ao saírem dos presídios, dificilmente conseguirão empregos dignos. Outro fator importante é a dificuldade de acesso à assistência jurídica, o que torna mais burocrático o processo de cumprimento da pena, além de aumentar a população de detentos que aguardam longos períodos por uma audiência.

É imprescindível, portanto, o papel da Escola no desenvolvimento de projetos que visem ao combate do tráfico de drogas, o que pode ser feito por meio de palestras educativas. Ao Governo cabe a tarefa de investir financeiramente na preparação de policiais e carcereiros, bem como o dever de disponibilizar profissionais qualificados no acompanhamento psicológico e jurídico dos detentos. Por fim, o sistema carcerário deve disponibilizar oportunidades para que os presos possam se profissionalizar, meio de acesso a cursos e estágios, a fim de promover a sua total ressocialização, de modo que não voltem à criminalidade. À vista disto, a superlotação das cadeias diminuirá, e os presidiários serão mais bem assistidos, obtendo oportunidades de inclusão social.

Janine Ysaila – FB Sobralense – FB Med.

Comentário

Vamos perceber, neste texto, como a aluna delimita bem os argumentos que serão utilizados em seu texto, cumprindo o pré-requisito exigido pela Competência 3 de “Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista”. Já na introdução, a aluna deixa clara a sua tese mostrando os dois pontos que irá tratar no desenvolvimento: “ausência de estrutura capaz de comportar um elevado número de presidiários” e “má preparação de policiais e demais funcionários”. Em temas como este, que já atestam para um problema social, já que ele fala de “dificuldades” do sistema prisional, não há como os candidatos falarem de tudo que realmente é falho. Portanto, cabe a habilidade de “selecionar” os argumentos mais relevantes e “articular” em defesa do ponto de vista. Os parágrafos de desenvolvimento do texto seguem essa estrutura que foi antecipada na introdução. Um apresenta causas e consequências para a superlotação do sistema prisional, mostrando como a ineficácia do Estado em outras áreas, como a educação, interfere na problemática do sistema carcerário. Já no outro, é apresentado como as falhas nas condutas dos agentes prisionais e a falta de apoio jurídico culminam em uma deficiência na ressocialização dos presos e a consequente manutenção da violência urbana. Dessa forma, a tese apresentada na introdução foi muito bem defendida no desenvolvimento, por meio de uma excelente seleção e articulação de argumentos que configuraram, de forma consistente, a autoria do texto.



Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto **dissertativo-argumentativo** em norma-padrão da língua portuguesa sobre o tema **O avanço dos crimes virtuais no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto I

QUASE 100 QUEIXAS DE CRIME VIRTUAL SÃO FEITAS POR DIA NO BRASIL

Em dois anos, cresceu em 88% o número de documentos lavrados em cartórios do País que comprovam abusos e crimes virtuais, alcançando a marca de 33.455 (91 por dia) em 2014. Vítimas de difamações, vazamento de fotos e vídeos íntimos, perfis falsos e *bullying* têm usado cada vez mais as atas notariais ainda pouco conhecidas por dois motivos: a rapidez com que essas agressões podem ser apagadas e a inclusão desse instrumento como prova judicial no novo Código de Processo Civil, sancionado pela presidente Dilma Rousseff em março deste ano.

A ata notarial nada mais é que o registro, pelo tabelião, de que uma agressão existiu. A vítima de um crime virtual se dirige a um cartório de notas e diz ao funcionário o que aconteceu. Ele entra na página indicada, que pode estar on-line ou até ser uma conversa no WhatsApp, e registra em um documento tudo o que está ali postado.

Posteriormente, mesmo que as mensagens sejam apagadas, o registro vai servir de prova perante a Justiça em um eventual processo. Isso porque o tabelião tem fé pública, ou seja, tudo o que produz é considerado verdadeiro. “A primeira coisa que tem de ser objeto de preocupação da vítima, logo após o descontentamento (com o ataque virtual), é garantir que todos os vestígios daquela agressão não sejam perdidos ou apagados dentro do ambiente eletrônico”, afirma Alexandre Pacheco, professor da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas e pesquisador do Grupo de Ensino e Pesquisa em Inovação (GEPI).

“Hoje, com o Marco Civil da Internet, é mais difícil que os dados se percam (os provedores de conexão são obrigados a guardar informações por um período de seis meses a um ano). Mas a ata se torna um instrumento relevante porque a gente sabe que processos judiciais demoram ‘na casa’ dos anos, e não dos meses”, explica.

Disponível em: <<http://exame.abril.com.br>>.

Texto II

LEGISLAÇÃO NA REDE

Conheça algumas leis brasileiras ligadas à honra, imagem, dignidade e privacidade de crianças, adolescentes e adultos na Internet

CÓDIGO PENAL

pune maiores de idade



Difamação (Artigo 139)

quando ocorre a difamação de alguém, ou uma pessoa é vítima de um fato ofensivo para a sua reputação.

Pena: de 3 meses a um ano.

Injúria (Artigo 140)

quando uma pessoa é injuriada e tem sua dignidade ofendida.

CÓDIGO CIVIL

não impõe pena



Artigo 186

quem viola o direito e causa danos morais a outras pessoas.

Artigo 927

quem causa qualquer dano a outro por ato ilícito é obrigado a repará-lo.



LEI CAROLINA DIECKMANN



Torna crime a invasão de aparelhos eletrônicos para a obtenção de dados particulares sem a autorização do dono do dispositivo. A lei não está diretamente vinculada à publicação de conteúdos pornográficos na rede.

LEI DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Artigo 240 – penaliza quem produzir, fotografar ou filmar cenas de sexo explícito ou pornografia envolvendo crianças ou adolescente. **Pena:** de 4 a 8 anos.

Artigo 241– penaliza quem vender ou expor imagens e vídeos com conteúdo sexual. Penaliza ainda quem transmitir, distribuir ou publicar o registro contendo sexo explícito.

CUIDADO!

Para não ter sua privacidade invadida

- 1 Ao fazer filmagens íntimas, não divulgue o rosto, a voz, nem seu nome.
- 2 Mulheres e meninas devem manter o vídeo no próprio celular.
- 3 Não envie fotos ou vídeos por e-mail, não divulgue em redes sociais, nem compartilhe.
- 4 Apague as fotos ou vídeos assim que possível.

ESPAÇO DA LEITURA

QUEM LÊ APRENDE MAIS

MARCO CIVIL DA INTERNET: O QUE MUDA NA SUA VIDA?

O Brasil discutiu durante quatro anos o Marco Civil da Internet, considerado hoje um texto pioneiro no mundo ao estabelecer regras, direitos e deveres no ambiente virtual brasileiro. A lei teve apoio por meio de audiências públicas em todo o Brasil e ao receber sugestões em todo tipo de plataformas, como o Twitter e o portal e-Democracia da Câmara dos Deputados. O Marco Civil da Internet foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff em 23 de abril de 2014.

O documento é considerado uma “Constituição da Internet”, já que estabelece regras e conceitos básicos da rede, onde se apoiarão projetos e leis futuras sobre o mundo digital. O texto indica a liberdade de expressão, a proteção da privacidade e o estabelecimento da neutralidade da rede como princípios básicos das Internet, além de definir os atores e quais as responsabilidades de cada um no ambiente on-line.

Mas e o que muda na vida do internauta? O *Terra* conversou com o advogado do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Guilherme Varella, para elucidar os principais pontos do Marco Civil da Internet.

Neutralidade

O Brasil é um dos poucos países do mundo a estabelecer a neutralidade da rede como regra. O texto proíbe que provedores de Internet discriminem certos serviços em detrimento de outros. Isso protege o usuário de ter sua velocidade de conexão diminuída baseada em interesses econômicos. As empresas não poderão, então, diminuir a velocidade da conexão para serviços de voz por IP para dificultar o uso de Skype ou reduzir a banda de um produto de uma empresa concorrente, por exemplo.

A neutralidade da rede é regra. Por isso, se algum provedor discriminar o tráfego, terá de se explicar. O projeto prevê, porém, algumas exceções em que pode haver discriminação. O projeto prevê que os requisitos técnicos para estabelecer quais são essas exceções sejam determinadas por decreto presidencial. “A competência para a regulamentação tem que estar com a competência maior do Estado Democrático, que é a Presidência da República”, afirmou o advogado do Idec.

Essas exceções não foram determinadas no projeto do Marco Civil, segundo ele, porque o projeto é um marco geral sobre a Internet, e não entra em questões específicas de cada uma das áreas das quais o texto trata.

Guarda de Registro

O Marco Civil da Internet obriga que os registros de conexão dos usuários devam ser guardados pelos provedores de acesso pelo período de um ano, sob total sigilo e em ambiente seguro. Essas informações dizem respeito apenas ao IP, data e horas inicial e final da conexão. O texto ainda faculta aos provedores a guarda de registros de Acesso a Aplicações de Internet – que ligam o IP ao uso de aplicações da Internet – por seis meses.

A lei também estabelece que a guarda de registros seja feita de forma anônima. Ou seja, os provedores poderão guardar o IP, nunca informações sobre o usuário. A disponibilização desses dados, segundo o texto, só poderá ser feita mediante ordem judicial.

O documento ainda fixa princípios de privacidade sobre os dados que o usuário fornece aos provedores. Na Internet, os dados hoje são coletados, tratados e vendidos quase instantaneamente. A lei coloca como direito dos usuários que suas informações não podem ser usadas para um fim diferente daquele para que foram fornecidas, conforme estabelece a política de privacidade do serviço.

Retirada de conteúdo e responsabilidades

O Marco Civil estabelece como regra que um conteúdo só pode ser retirado do ar após uma ordem judicial e que o provedor não pode ser responsabilizado por conteúdo ofensivo postado em seu serviço pelos usuários. Com isso, o projeto pretende evitar a censura na Internet: para se provar que um conteúdo é ofensivo, o responsável deve ter o direito ao contraditório na Justiça.

O texto, porém, prevê exceções. Um conteúdo pode ser retirado do ar sem ordem judicial desde que infrinja alguma matéria penal (como pedofilia, racismo ou violência, por exemplo). Isso evita que um material que possa causar riscos a algum usuário fique no ar enquanto aguarda decisão da Justiça. O que se pretende com isso, segundo Varella, é que a Internet ganhe mais segurança jurídica na retirada de conteúdo. A regra é que os conteúdos têm que continuar funcionando, a não ser que firam a lei.

Disponível em: <<http://tecnologia.terra.com.br>>.



Exercícios

- Leia os fragmentos de textos e, após sua leitura, identifique o tipo de erro cometido nas passagens negritadas. Em seguida, reescreva a passagem de forma correta.
01. O Governo do Estado, por meio de **planejamento antecipado**, decidiu verificar todos os **sintomas indicativos** de fraude na Previdência. **Cada um, isoladamente, dos casos será analisado.**
 - A) Clichê
 - B) Digressão
 - C) Redundância
 - D) Discurso circular
 - E) Tangenciamento
 02. Estima-se que a camada do pré-sal, **que fica na região de Campos, no Rio de Janeiro, aquela linda cidade, conhecida como maravilhosa, terra do Maracanã**, contenha o equivalente a cerca de 1,6 trilhão de metros cúbicos de gás e óleo.
 - A) Gordura textual
 - B) Fuga ao tema
 - C) Quebra do paralelismo
 - D) Inadequação vocabular
 - E) Conector inadequado
 03. **Recife, Salvador, Natal e Ceará** foram citadas como fontes pródigas em jovens vulneráveis, sobretudo em face do turismo sexual.
 - A) Má ordenação das ideias
 - B) Generalização
 - C) Quebra do paralelismo
 - D) Mudança radical de tratamento
 - E) Cacofonia

04. A ciência vive atrás de **truques** para dar uma **rasteira genética** no câncer, mas desta vez parece que pesquisadores americanos **deram de cara com um ovo de Colombo**.
- A) Marca de oralidade
B) Clichê
C) Ideia inconsistente
D) Fere os direitos humanos
E) Inadequação vocabular
05. **Essa situação** ainda está muito longe de acabar, pois não se identificaram as causas **dessa mazela** que só prejudica o desenvolvimento do país. **Esse fato** só ajuda a confirmar que o caos se instalou em nossa sociedade.
- A) Quebra do paralelismo
B) Má ordenação do parágrafo
C) Discurso circular
D) Falta de referênciação
E) Clichê
06. Nas frases a seguir, há falta de paralelismo sintático. Reescreva-as, mantendo seu sentido e fazendo apenas as alterações necessárias para que se estabeleça o paralelismo.
- A) Funcionários cogitam uma nova greve e isolar o prefeito.
B) Essa reforma agrária, por um lado, fixa o homem no campo, mas não lhe fornece os meios de subsistência e de produzir.
07. O texto a seguir, da seção “Saúde” do Suplemento de março/2000, do Caderno Regional Folha Vale, Folha de S. Paulo, faz parte de uma série de recomendações para relaxamento dos olhos
- Lubrificantes oculares gelados também são muito eficientes, mas só quando prescritos por um oftalmologista.
 - Importante: não jogue água borrifada dentro do olho, pois isto causa irritação. Ela deve ser usada apenas para limpeza externa ou como compressa gelada.
- A) Localize, no texto, o trecho em que há um problema de coerência.
B) Reescreva o trecho de modo a torná-lo coerente.
08. Leia o fragmento a seguir, retirado da revista *Superinteressante*, de abril 2000, e responda à questão.

OS DIALETOS DO BRASIL: MATERNIDADE

A exploração do ouro levou gente do Brasil todo para Minas no século XVIII. Como toda mão de obra se ocupava da mineração, foi necessário criar rotas de comércio para importar comida. Uma delas ligava a zona do minério com o atual Rio Grande do Sul, onde se criavam mulas, via São Paulo. As mulas, que não se reproduzem, eram constantemente importadas também para escoar ouro e trazer alimento. **TAMBÉM ESPALHARAM A LÍNGUA BRASILEIRA PELO CENTRO-SUL.**

O texto anterior, tal como foi redigido, permite uma interpretação estranha com relação ao papel das mulas.

- A) Identifique esta interpretação indesejável.
B) Proponha uma nova redação para o trecho em destaque de modo a eliminar a interpretação indesejável.

09. Segundo dados divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), atinge o impressionante índice de 2,4 milhões o número de seres humanos traficados no mundo. Desse total, 43% destinam-se à exploração sexual e 32% são para a exploração econômica, além dos 25% de vítimas escravizadas para ambos os fins. A partir da leitura do fragmento, entende-se que:
- A) É um texto predominantemente argumentativo.
B) Há dados inconsistentes no texto.
C) Existe uma tese explícita no parágrafo.
D) É um parágrafo que aborda o tema do tráfico de pessoas.
E) Houve uma diminuição do número de exploração sexual em relação ao último ano.
10. O texto a seguir apresenta algumas ocorrências que dificultam a compreensão imediata da mensagem. Identifique-as.

Em relação à poluição do ar, as pessoas que usam carros só vão largar seus carros em casa quando houver nas cidades em que moram, principalmente cidades grandes, metrópoles, um transporte coletivo que seja eficaz. Hoje, os ônibus, que são o principal transporte coletivo no Brasil, demoram e quando chegam, chegam lotados. Mas os ônibus também são, além do principal transporte, os maiores poluidores do ar, pois vivem desregulados. Como alternativa de transporte, restam para as pessoas as poucas linhas de metrô e as poucas ciclovias que permitiriam as pessoas andar de bicicleta. Metrô e bicicleta são transportes que não poluem o ar.

- (Cespe/TCU/2012) Texto para a questão 11.

O Tribunal de Contas da União (TCU) fez uma série de recomendações à Superintendência de Seguros Privados (Susep) para aperfeiçoamento dos processos relativos à arrecadação e à aplicação das receitas próprias da entidade.

O tribunal observou que o desempenho das atribuições inerentes ao poder de polícia da SUSEP sobre o mercado de corretagem de seguros precisava ser melhorado, **pois** não cabiam a essa superintendência, mas à Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros (FENACOR), o controle das informações e a arrecadação de taxas referentes aos serviços decorrentes do exercício do referido poder.

Além disso, o TCU constatou que o “mercado marginal”, formado por pessoas físicas ou jurídicas que realizam operações de seguro, cosseguro e resseguro sem a devida autorização, continuava a crescer, apesar da aplicação de pesadas multas.

- Em relação aos sentidos e às estruturas linguísticas do texto, julgue o item que se segue.
11. (Cespe/TCU/2012) Seriam mantidos a correção gramatical do período e o seu sentido original se a conjunção “pois” (destacada no 2º Parágrafo) fosse substituída por qualquer uma das seguintes: porque, visto que, uma vez que, conquanto.

() Certo Errado ()

12. Complete as lacunas com os conectores adequados.

Muitos ainda veem a geração de energia _____ fontes renováveis como uma iniciativa isolada, incapaz de atender à grande demanda de um país continental. A utilização de energias alternativas não pressupõe o abandono imediato dos recursos tradicionais, _____ sua capacidade não deve ser subestimada.

A Alemanha, _____, provou como o uso das fontes renováveis pode ser útil ao Estado, à população e ao meio ambiente. O país é responsável por cerca de um terço de toda a energia eólica instalada no mundo, representando metade da potência gerada em toda a Europa. O investimento em tecnologia _____ permitiu aos germânicos se destacarem na utilização de combustíveis de origem vegetal (biomassa).

13. Leia e responda adequadamente.

Se há uma instituição que deveria, por sua própria natureza, combater sem tréguas toda forma de ritual primitivo prejudicial a indivíduos, ela é a universidade. Nesse contexto, surpreende a persistência dos trotes aos calouros, uma modalidade totalmente anacrônica e inaceitável de receber os primeiranistas.

- A) O tema do parágrafo é a violência urbana praticada em universidades.
- B) Estabelece-se uma relação de referenciação catafórica entre "ritual primitivo" e "trote".
- C) Há constantes inadequações vocabulares e marcas de oralidade nessa passagem.
- D) Esse texto não defende uma tese, visto que é um parágrafo meramente expositivo.
- E) Percebe-se a passividade do autor diante da situação apresentada no tema.

14. Virgule adequadamente a passagem que segue.

A falta de estrutura, o recrutamento falho os péssimos salários a falta de comando digno e o corporativismo que impera quando um policial comete um crime são os principais responsáveis pela extorsão tortura e assassinatos praticados por integrantes da PM.

Folha de S. Paulo. Painel do leitor, 9 abr. 1997.

15. (UFV-MG) Indique a alternativa em que o sinal indicativo de crase é facultativo.

- A) Voltou à casa do juiz.
- B) Chegou às três horas.
- C) Voltou à minha casa.
- D) Devolveu as provas àquela aluna.

Gabarito

01	02	03	04	05
C	A	C	E	D
06	07	08	09	10
–	–	–	D	–
11	12	13	14	15
–	–	B	–	C

– Demonstração